

CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO

MARINA OLIVEIRA DANELUZ¹; DECIO COTRIM²; MARIO DUARTE CANEVER³

¹*Universidade Federal de Pelotas – maridaneluz22@gmail.com*

²*Departamento de Ciências Sociais Agrárias -Universidade Federal de Pelotas*

³*Departamento de Ciências Sociais Agrárias -Universidade Federal de Pelotas – caneverm@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o setor cooperativista no Rio Grande do Sul tem crescido muito através da formação de novas cooperativas no estado (MUSZINSKI e COTRIM, 2013). A organização cooperativa é uma das manifestações formais do capital social. Para sua formação, os indivíduos concluem que em conjunto podem obter resultados econômicos melhores do que se estivessem isolados. Uma cooperativa agropecuária, por exemplo, é criada quando um grupo de produtores rurais percebe que pode ter ganhos de escala na aquisição de insumos, acesso a novas tecnologias e elevação do preço de seus produtos (BORTOLINI e SANTOS, 2013).

De acordo com GARCIA (1981), as cooperativas se propõem a ser uma solução simples e prática para conflitos existentes entre suas próprias características: a de ator econômico interessado na produção eficiente de serviços e bens, e o papel de cidadão, que refere-se ao bem público e a responsabilidade social com grande ênfase. Com isso, as cooperativas assumem a dupla função de associação e de empresa, em que os cooperados também assumem o duplo papel de dono e usuários do empreendimento, fato que demonstra as conflitos existentes.

O cooperativismo é uma doutrina composta por sete princípios básicos: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; interesse pela comunidade. Para SCHNEIDER (2004), as cooperativas representam uma resposta aos problemas impostos pela globalização; um contraponto à concentração de riquezas, buscando a concentração de forças.

Ainda segundo o mesmo autor, a partir de 1990, as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas ideias de descentralização econômica, uma vez constatadas as desigualdades decorrentes do processo de globalização. Esse ambiente propício ao engajamento de forças orientadas ao desenvolvimento territorial foi identificado como peça fundamental ao surgimento do conceito de “capital social”, na tentativa de explicar as assimetrias de desempenho entre diferentes tipos de formações sociais, como por exemplo, as cooperativas.

Adicionalmente, PUTNAM (2006) enfatiza as consequências positivas da sociabilidade e das relações monetárias presentes na sociedade e replicadas nas cooperativas. O capital social é responsável, segundo o autor, por ser elemento essencial do caráter endógeno do desenvolvimento, demonstrando que “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente”(PUTNAM, 2006, p. 186).

Nessa perspectiva, um desenvolvimento virtuoso resultaria de altos índices de cooperação, confiança e reciprocidade, construídos a partir da capacidade da sociedade em se organizar visando ao bem-estar coletivo. O capital social é tido como um dos mecanismos pelos quais se pode superar o atraso e a pobreza,

através do estabelecimento de laços de confiança interpessoais e de cooperação, com vistas à produção de bens coletivos.

Frente a isso, o presente estudo objetivou identificar as principais características da obra de Robert Putman, sobre capital social, com intuito de criar suporte para a discussão sobre cooperativismo agropecuário.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou de metodologia de pesquisa bibliográfica, com ênfase nos diversos referenciais teóricos publicados com o objetivo de recolher informações e conhecimentos prévios sobre a questão a qual se pretende responder. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. O objeto avaliado no presente estudo são as cooperativas agropecuárias de modo geral.

Autores como GIL (2007) defendem esse tipo de pesquisa para utilização em investigações sobre ideologias ou aquelas que propõem à análise das diferentes e diversas posições acerca de um tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que a criação de cooperativas é uma das estratégias na busca de melhoria da vida do agricultor. Contudo, há fortes críticas ao cooperativismo vigente, aquele baseado na exploração dos cooperados. Há a esperança de um “novo cooperativismo”, mais solidário e participativo e que fizesse a interlocução entre os produtores e as indústrias.

Um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva é o fortalecimento e a utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção local, reduzindo a vulnerabilidade do homem do campo às intempéries produtivas, potencializando a capacidade de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social, conforme destacado por BORTOLINI e SANTOS (2013). Com isso, ainda segundo os mesmos autores, o capital social torna-se relevante para as cooperativas, a fim de que estas possam liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos num processo de autogestão.

Para PUTNAM (2006), o capital social é erroneamente confundido com socialização, confiança mútua ou relações pessoais de longo prazo. Na realidade, para ele o fundamental são os complexos balanços entre laços que se estabelecem nas relações sociais. Estes laços podem ser caracterizados como “laços fortes” e “laços fracos”. Faz-se importante destacar a contribuição de GRANOVETTER (1973) na qualificação da natureza dos laços sociais, de extrema importância nesse contexto:

“ [...] um laço forte entre dois indivíduos envolve uma elevada dose de tempo e esforço dedicados à relação, feição emocional, confiança e reciprocidade. Logo é um relacionamento que se molda e auto-reforça ao longo do tempo. Um laço fraco é exatamente o oposto desta situação, envolvendo transações pontuais entre agentes, onde a identidade dos indivíduos é de menor importância e questões de confiança e reciprocidade são mínimas.”

Para o autor o “laço forte ou *bonding social capital*” tende a fortalecer, acima de tudo, o próprio grupo e reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos, e o “laço fraco ou *bridging social capital*” visa fortalecer as relações

com o mundo fora do grupo e abarca pessoas de diferentes setores sociais (p. 22).

GRANOVETTER (1973) aponta ainda para as principais características positivas do capital social, evidenciando a importância desse fator e as positividades existentes, como as trocas mútuas e benéficas com o desenvolvimento das normas do comportamento, da confiança, da reputação; o processo de tomada de decisão que assume caráter consultivo e coletivo, reduzindo as externalidades negativas e promovendo a produção dos bens públicos e ainda a redução dos custos de transação que facilitam a inovação e o fluxo de informações e aprendizagem coletiva.

Essas características positivas evidenciadas por GRANOVETTER (1973) ressaltam alguns fatores que podem ser decisivos à permanência e funcionamento de cooperativas agropecuárias. O processo de troca de informações, aprendizagem compartilhada faz com que os indivíduos possam se sentir eficientes e participativos dentro de suas relações com os demais, facilitando também a adoção de práticas e manejos que podem ser facilmente adotados quando perfeitamente entendidos e necessários, tornando os agentes que formam a cooperativa, principais atores do processo de desenvolvimento. Tal fato é ainda ressaltado no estudo de PUTNAM (2006), que salienta que o capital social capacita as pessoas a realizarem determinados projetos que sozinhas não conseguiriam. Agir em conjunto torna os objetivos mais palpáveis e aumenta a probabilidade de sucesso nas atividades econômicas. Mais uma vez a abordagem de capital social parece ser um aspecto importante no processo de cooperação.

A questão central frente ao cooperativismo está em identificar o ponto de equilíbrio entre os interesses de cada um dos membros componentes da sociedade e os objetivos coletivos, que são as necessidades da cooperativa em permanecer ativa e dinâmica. Ou seja, o desafio maior é manter o papel produtivo centrado no homem (através da reunião de pessoas) e ao mesmo tempo desenvolver uma organização que seja capaz de competir com as demais empresas e manter-se economicamente ativa (WICKERT, 2010).

Dessa forma, o cooperativismo não pretende negar o capitalismo, mas enxergar o fenômeno da associação como forma de sobrevivência no sistema e como mecanismo de valorização da produção. Muitas vezes, cooperativas que não são bem estruturadas em suas relações sociais não conseguem atingir esses objetivos, demonstrando dessa forma, que o capital social pode ser fundamental para a estruturação e formação dos laços que são primordiais na manutenção das associações.

Para MATTOS e SANTOS (2013), existem dois aspectos importantes que devem caminhar juntos para o bom funcionamento das cooperativas: a gestão transparente e democrática e a participação ativa dos associados nas decisões da cooperativa. O fato de o cooperado entregar sua produção para a cooperativa não constitui cooperação, ela só é constituída quando o cooperado exerce suas ações e obrigações como dono da cooperativa, se envolvendo em sua organização, suas decisões, ou seja, mantendo suas relações sociais com os demais cooperados, demonstrando dessa forma, a importância das relações de confiança apresentadas anteriormente no conceito de capital social de PUTNAM (2006) associada a significativa influência dos laços citado por GRANOVETTER (1973).

Percebe-se que diversos fatores podem afetar a formação, estruturação e funcionamento de cooperativas agropecuárias. O presente trabalho trouxe a ótica e interpretação do capital social proposto por Putnam como fator importante a ser considerado ao avaliar a formação e manutenção das cooperativas, evidenciando-se suas principais características apontadas por diversos estudos na área.

4. CONCLUSÕES

. Como pode ser percebido através da explanação das características e aspectos relevantes de capital social, a pertinência dessa interpretação pode influenciar no funcionamento e estruturação das cooperativas agropecuárias, podendo ser um ponto de partida para estudos futuros a fim de entender o real impacto do capital social para o desenvolvimento e permanência das cooperativas em questão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIALLI, L.M. Influência da Mudança de Gestão nas Estratégias de uma Cooperativa Agropecuária. **RAC**, v. 4, n. 1, Jan./Abr., p.135-159, 2000.

BORTOLINI, G; SANTOS, J.Z.V. Capital Social na Formação de uma Cooperativa Agrícola. In: COTRIM, Décio Souza (Org.). **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar** . Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. 694 p. (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2). Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_Book2.pdf>.

GARCIA, R. M. O requisito de um programa de treinamento em cooperativas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 21, n.1, p. 39-45, jan./mar., 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANOVETTER, M.S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v.78, n.6, p.1360-1380, 1973.

MATTOS, S.A.; SANTOS, J.Z.V. Participação, Comprometimento e Satisfação dos Associados: uma análise da Cooperativa Mista Vista Gaúcha - COOPERVISTA. In: COTRIM, Décio Souza (Org.). **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar** . Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. 694 p. (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2). Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_Book2.pdf>.

MUSZINSKI, L.; COTRIM, D.S.O Princípio da Gestão Democrática: o processo de educação cooperativa como estratégia para a participação dos associados. In: COTRIM, Décio Souza (Org.). **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar** . Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. 694 p.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SCHNEIDER, J. O. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. In. ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

WICKERT, S. **Associativismo e cooperativismo para produtores rurais**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2010.